



J. A. SEABRA
DE FIGUEIREDO
Docente Universitário
Consultor

Brexit, na ótica de um britânico pragmático e europeísta

1. No âmbito da Pós-Graduação em Gestão para Juristas, da Católica Porto Business School, esteve, recentemente, no Porto Sir Christopher Bellamy. Num seminário realizado no Palácio da Justiça, subordinado ao título, "Brexit: Implicações para o Mundo Empresarial e para o Direito" o orador apresentou uma visão lúcida de uma realidade com contornos tão fraturantes quanto ainda por definir. Europeísta convicto, que nunca esqueceu, porém, a sua condição de britânico, Sir Christopher é "chairman" da Linklaters Global Competition Practice, foi juiz no Tribunal Europeu, presidente do Tribunal da Concorrência e Consultor da Coroa do Reino Unido.

Presentemente, é uma das figuras de reconhecido mérito e competência ouvidas por David Davis, responsável máximo pelas negociações com a UE. Pelo seu pragmatismo, ponderação e visão geopolítica, será, seguramente, um elemento de moderação, fresca e bom-senso num processo altamente complexo e nebuloso.

2. Como enquadramento, o orador recordou que após o referendo de 23 de junho de 2016 a ideia da saída da UE prevaleceu, por 51,9% contra 48,1%. Levando em conta as margens de abstenção que têm caracterizado, ultimamente, as eleições nas democracias ocidentais uma participação de 71,8%, que envolveu mais de 30 milhões de votantes, terá de ser considerada elevada.

3. Contudo, logo no dia seguinte ao Brexit, veio-se a verificar que os custos reais de uma eventual saída nunca haviam sido objeto de um estudo rigoroso e qualificado. E, hoje em dia, passado mais de um ano desde que os britânicos foram a votos, tudo continua por apurar.

Será, pois, legítimo perguntar como foi possível partir-se para um tal referendo sem que todas as suas implicações, concretas e bem definidas, fossem previamente apresentadas à opinião pública?

4. Independentemente de um indispensável quadro prévio de debate, amplo e diferenciado, na panóplia dos instrumentos constitucionais os referendos tendem a ser contemplados com alguma desconfiança já que colocam a resposta a problemáticas de elevada complexidade num simples "sim" ou "não". Um dos argumentos clássicos questiona-os, referindo:

"Um tal instrumento poderá não estar a ser proposto por democratas sinceros, mas por maquiavélicos calculistas que acenam com o recurso a essa figura para defesa da legitimidade democrática, quando, na realidade, visam objetivos bem diferentes". E, nessa linha, um referendo em vez de ser uma figura constitucionalmente viva e democrática, antes se poderá tornar num mero instrumento político.

5. E terá isso sucedido no Reino Unido, com o Brexit?

David Cameron chegou ao poder em 2010, com uma campanha em zig-zags prosseguida por um partido Conservador desunido. Pondo, embora, fim a 13 anos de governos trabalhistas não obteve uma maioria absoluta acabando por se coligar com os Liberais Democratas.

Porém, em 2015, a máquina eleitoral Conservadora, afinada e eficaz, não deu qualquer hipótese aos adversários



alcançando a almejada maioria absoluta. Fundamentalmente, tal resultado ficou-se a dever à aptidão de Cameron, para renovar o Partido Conservador recrutando sangue novo e à sua capacidade de apaziguar os Eurocéticos com a promessa de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia.

6. A verdade é que o seu manifesto eleitoral abordava a questão de um referendo, tornado, assim, por David Cameron num dos pilares da campanha que acabou por o conduzir a primeiro-ministro. Mas cumpre salientar que, em 2015, o referendo surgia como algo gerível – distante e aparentemente incapaz de vir a alterar o status quo.

Aliás, nem Cameron, nem Teresa May, que o veio depois a substituir, defendiam a saída da UE.

Contudo, com o aproximar do referendo, apesar do forte empenho de Cameron em prol da continuidade na União Europeia, a opinião pública veio a mostrar-se sensível a três novos fatores:

* Um nível histórico, nunca visto, de vagas de refugiados estava a assolar os países mais ricos da UE;

* Uma campanha negativa espalhava a ficção de que 350 milhões de libras/semana estariam a ser gastos com a participação na UE, dinheiro que seria muito melhor aplicado localmente;

* O tsunami financeiro que varreu a Grécia, Portugal, Irlanda e, em menor grau, a Espanha e Itália e todo o subsequente drama dos resgates vinham sugerir que uma UE disfuncional e autista tentaria apagar os fogos esvaziando os bolsos, entre outros, dos cidadãos britânicos.

Após o referendo, figuras altamente influentes na campanha, como o "flamboyant" presidente da Câmara de Londres, Boris Johnson - que prosseguira toda a sua carreira como ultra-eurocético e já se posiciona como um putativo sucessor de uma enfraquecida Teresa May – foram, afinal, forçados a desmentir que a presença na UE custaria 350 milhões de libras/semana.

7. No seu balanço crítico a esse enquadramento, Sir Christopher Bellamy salientou, ainda, alguns dos excessos e lacunas de uma luta política que conheceu, mesmo, momentos trágicos – como o assassinato de um conhecido parlamentar pró-europeísta por um radical.

Num processo em que Bruxelas teve as suas culpas, ao revelar uma inflexibilidade de posições que, após o referendo, se vieram a atenuar no Relatório de J. C.

Juncker "5 Cenários para a Europa", no palco da política a dinâmica foi largamente dominada pelo movimento pró-saída – apesar dos esforços dos europeístas, entre eles, repita-se, de David Cameron.

8. Como salientou o orador, a verdade é que os argumentos desenvolvidos pelo movimento pró-Brexit acabaram por se impor – mesmo em zonas do Reino Unido que muito teriam a perder caso a saída se viesse a consumir.

E foi o que se verificou, nomeadamente, na região de Sunderland onde se situa uma grande usina da NISSAN que emprega, diretamente, 6700 trabalhadores do setor automóvel.

Contados os votos, numa proporção de 60% contra 40%, o Brexit triunfou naquela zona.

O que será paradoxal, dado a maior parte da produção dessa unidade ser exportada para a UE.

Mas, para além disso, eram do domínio público os planos de investimento da NISSAN, que planeava expandir a fábrica tornando-a numa das maiores do mundo, com capacidade para produzir 600.000 veículos/ano, alargando, para quase 10.000, o número dos seus trabalhadores diretos.

Não obstante as tentativas de Teresa May, visando tranquilizar os responsáveis da empresa japonesa, estes anunciaram, já, estar a rever toda a estratégia relativa, não só, à projetada expansão, como, até, à sua própria permanência no Reino Unido. Fora do mercado europeu e onerada, provavelmente, com tarifas, poderá a produção daquela fábrica continuar a ser competitiva?

Durante a campanha eleitoral americana, Trump convenceu parte do eleitorado da zona de Detroit que inverteria a deslocação para o México das empresas do ramo automóvel, esvaziamento que havia originado a desindustrialização e empobrecimento duma região outrora tão próspera.

Mas, em Sunderland, o panorama era diametralmente oposto ao cenário desolador que Detroit hoje reflete. O que moveu, então, os votantes daquela região a optar, 6 em cada 10, pela saída? E esta será, talvez, uma das muitas questões que interessaria ver amplamente estudada e debatida.

9. Para além do enorme impacto que o Brexit terá na vida das gentes, quer no Reino Unido, quer na UE, continuam por definir os custos e benefícios, a curto e longo prazo, que a saída irá implicar.

Entretanto, estimativas respeitantes às obrigações que o RU terá de satisfazer, resultantes do Brexit, apontam para números que vão dos 50 mil milhões aos 100 mil milhões de euros.

10. As posições do Governo de Teresa May, que continua sem qualquer previsão do que poderá ser o preço de uma saída não negociada, acabaram por lhe custar bem caro nas eleições gerais de 8 de junho deste ano.

Colocada, agora, à frente de um governo minoritário, após esse resultado desastroso, a sua postura é contestada por alguns dos seus ministros e por figura públicas de relevo, de todos os quadrantes, que recusam uma saída sem acordo.

Já para a linha pró-Brexit mais dura, a rotura deveria ser total, incluindo a saída de instituições como o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e, até, da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou Euratom).

11. Após as negociações, o RU continuará, ou não, sob a alçada do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)? Perspetiva rejeitada por Teresa May mas que parece inevitável.

Ainda mais complexo será determinar qual o Tribunal com jurisdição para dirimir a conflitualidade que resultaria de uma saída não negociada – situação não contemplada no artº 50 do Tratado de Lisboa.

Seria através do tribunal de Haia? Ou mediante recurso a uma arbitragem internacional, aceite por ambas as partes? Abundam, pois, as questões em aberto para as quais o governo de Teresa May não tem conseguido encontrar uma fórmula satisfatória.

E não estamos perante questões meramente académicas, já que os seus efeitos irão marcar por muito tempo a vida económico-social e política duma Europa enfraquecida.

"Numa altura em que o cenário geopolítico assume contornos que levantam enormes preocupações, necessário se torna que, do lado do RU e da UE, o sentido e ritmo das negociações sejam marcados por personalidades dotadas da mundividência, sentido histórico e bom senso" – e foram estas as palavras com que Sir Christopher Bellamy finalizou a sua intervenção.

Numa nota positiva, resta esperar que, na busca de vantagens políticas, as posições não se radicalizem antes prevalecendo construtores de pontes à altura dos visionários que nos legaram uma Europa que viveu, pela primeira vez, 70 anos de paz.